

Notas para o estudo do ensino primário público em Lousada. Antiga escola da vila: escola tipo “Adães Bermudes”

Luís Sousa*

* Arqueólogo|Assistente de Arqueólogo. Gabinete de Arqueologia do Município de Lousada

Resumo: O texto que presentemente se expõe tem como objecto de estudo a antiga Escola Primária de Instrução Pública da vila situada no seio da vila de Lousada, pretendendo-se lançar para a discussão pública a importância de que se reveste a preservação do Património edificado e oral para o enriquecimento da História Local. É apresentado ainda, em linhas gerais, todo o processo que conduziu à construção da Escola Primária de Silvares bem como algumas obras de beneficiação levadas a cabo entre as décadas de 40 e 60 do século XX, finalizando-se com alguns apontamentos relativos à adaptação do mesmo edifício escolar, após a perda das suas iniciais funções associadas ao ensino, para a implantação da actual Biblioteca Municipal de Lousada.

Palavras chave: Escola tipo “Adães Bermudes”; Ensino primário público; Biblioteca Municipal de Lousada

Abstract: This text has as its main object the old Primary School of Public Instruction of Silvares, located in the heart of Lousada, and the objective is to bring to public discussion the extreme importance of the preservation of the Patrimony, both built and oral, to the enrichment of the local History. We also present the whole process that led to the building of the mentioned school as well as other charity works undertaken in the 40s and 60s of the 20th century. We conclude by mentioning some ideas related to the adaptation of the school building, after losing the function of education, to become the present Municipal Library of Lousada.

Key-words: “Adães Bermudes” architectonic school model; Primary School of Public Instruction; Municipal Library of Lousada.

1. Introdução

O objecto do nosso estudo é a Antiga Escola Primária da vila (Fig. 1 e 2), situada na freguesia na vila de Lousada, onde actualmente se encontram as instalações da Biblioteca Municipal. Trata-se de uma antiga escola pública de instrução primária, conhecida como de tipo «Adães Bermudes». Estas escolas surgiram em inícios do século XX, tendo sido erigidas um pouco por todo o país num número que se aproxima das duas centenas. A construção deste tipo de edifícios parece ter-se realizado entre 1902 e 1912, após a aprovação do “Programa para a elaboração de projectos de edifícios destinados a escolas de instrução primária”, levado a efeito pelo Estado, que pretendia assim colocar o professor num patamar de distinção enquanto agente do progresso, corroborando, de certa maneira, com os ideais liberais e republicanos em voga na época. O programa aspirava com isto o desenvolvimento de uma tentativa de prover o país de uma nova infra-estrutura, dotando-a de equipamento e investindo de forma clara na instrução, transparecendo, portanto, uma mudança na forma de estar e actuar da classe governante de finais de oitocentos.

Algumas das escolas tipo «Adães Bermudes» continuam ainda hoje a funcionar como tal, embora não dentro da ideologia ‘separatista’ dos sexos que detinham inicialmente, bem patente nas inscrições do corpo frontal do edifício escolar, sobre as portas laterais, onde se lê do lado direito «FEMININO» e do lado esquerdo «MASCULINO». Pelo que tivemos oportunidade de observar, mesmo os professores leccionavam apenas às crianças do seu sexo semelhante, e quando o seu nome surge referenciado à escola é bem explícita a menção a “professora da escola feminina” e “professor da escola masculina”.

As escolas deste tipo não obedecem hoje aos

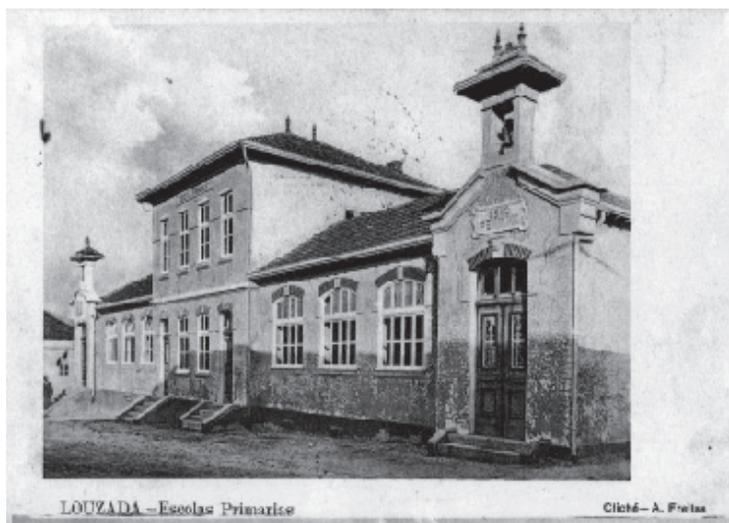


Figura 1 - Escola Primária da vila de Lousada. Postal circulado na década de 10 do século XX.



Figura 2 - Escola Primária da vila de Lousada. Postal circulado na década de 20 do século XX.

pressupostos impostos pelo Ministério da Educação, pelo que, paulatinamente, têm vindo a perder a sua funcionalidade original, sendo adaptadas a outras funções, por exemplo a bibliotecas, como sucedeu em Lousada, todavia, outros usos têm sido atribuídos, como de auditório, sedes de associações, etc. Certo é que se trata de uma infra-estrutura de peculiar arquitectura, que marcou várias gerações e que se encontra, ainda hoje, bem presente na memória das populações locais.

Cumpre-nos aqui agradecer ao Sr. José Moreira pela gentileza da consulta da sua colecção de pos-

tais antigos, bem como ao Sr. Vítor Magalhães pela enriquecedora narrativa que nos facultou relativamente ao Museu-Biblioteca de Lousada. Gostaríamos ainda de reconhecer a prestimosa colaboração do Arquivo e da Biblioteca Municipal de Lousada.

2. O ensino primário em Portugal: breve enquadramento legal da construção das escolas de instrução primária em finais do século XIX.

A partir, sensivelmente, da segunda metade do século XIX, surgiram nos mais variados meios da sociedade portuguesa vozes convergentes que apontavam para um efectivo estado de degradação do ensino, situação que se estendia de igual forma aos edifícios escolares, para os quais se reclamava uma célere intervenção dado o seu adiantado estado de degradação e as baixas condições de sanidade que os edifícios apresentavam. A partir da década de setenta, o clima respeitante ao ensino escolar em Por-

tugal era de expectativa. Assistia-se a um movimento generalizado da sociedade portuguesa; não só os cidadãos instruídos, que mercê da sua posição se faziam ouvir, como também os meios operários contestavam pela educação das classes mais baixas.

No sentido de se perceber a evolução do enquadramento geral da construção das escolas de instrução primária conviria recuarmos até ao início dos governos monárquicos liberais (1820). Porém, não é nosso propósito apresentar aqui, de momento, tal enquadramento legal, mas gostaríamos de expor algumas fazes importantes que levarão a uma tomada de posição pelo Estado, que culmina com a abertura de um concurso que dará início ao aparecimento das escolas do Arquitecto Adães Bermudes (Tabela 1).

No terceiro quartel do século XIX, o Conde Ferreira deixa em testamento a quantia de 144 000 réis, soma que deveria ser empregue na construção de 120 escolas primárias em todo o país, o que demonstra o estado aflitivo do ensino primário em

Ano	Tipo de construção	Disposições legais	Características gerais dos edifícios	Imagem
1866/1880	CF (Tipo Conde Ferreira)	Planta topográfica do terreno. Elementos sobre rede escolar (n.º de alunos, áreas e condições higiénico-pedagógicas)	Fachada imponente; salas de aula principal com área de 50 a 115m ² ; saleta; vestíbulo campanário; sanitário no exterior.	
1902/1912	AB (Tipo Adães Bermudes)	Definição global das tipologias e características das escolas nos projectos a elaborar (escolas femininas, masculinas ou mistas). Utilização de técnicas e materiais característicos de cada região.	Casa(s) para professores, com dois pisos e sótão, adjacente(s) às salas de aula; salas de aula térreas; janelas com maior altura do que largura, prevendo janelas basculantes superiores para garantia de ventilação superiortransversal; recreio coberto; vestíbulo.	
	TI (Tipo Indefinido)		Edifícios que não correspondem a qualquer um dos outros tipos; construção segundo gostos pessoais, quase sempre de particulares.	

Tabela 1 - Construções Escolares de 1866 a 1912, 1.º CEB – Norte: Características Gerais – Fonte: Site [em linha] <http://www.dren.min-edu.pt>.

Portugal e do qual Conde Ferreira seria um profundo conhecedor; mas, e acima de tudo, este acto marcará de forma vincada uma época, em que principiam as construções de edifícios directamente relacionados com a instrução.

Em 1866, ano em que Conde Ferreira lega em testamento os referidos 144 000 réis, o Estado regulamenta, através da Portaria de 20 de Julho de 1866, a construção e equipamento das escolas de instrução primária. Sete dias apenas após a entrada em vigor da supracitada Portaria, a Carta de Lei de 27 de Julho de 1866 refere a importância que devem desempenhar as paróquias e/ou municípios na aquisição de casa para os exercícios escolares nas diversas regiões do país, através da venda e/ou aforamento de terrenos baldios. A mesma Carta de Lei previa uma certa autonomia em determinadas matérias, podendo aforar ou vender em hasta pública bens próprios ou baldios de logradouro comum, para aplicar o produto deles à compra, construção, reedificação ou reparação de edifícios para escolas do ensino primário, todavia, apenas com prévia autorização do Conselho de Distrito.

No último quartel do século XIX, lança-se um conjunto de Decretos, Leis e Portarias que visam a regulamentação do ensino em Portugal, numa clara tentativa de descentralização – que nunca se verificou. Na sequência desta legislação sem efeitos práticos reais, o Decreto de 6 de Maio de 1892 faz recair novamente no estado a responsabilidade de administrar a escola primária. A partir deste diploma dar-se-á início a uma nova era na construção de edifícios destinados à instrução escolar primária, sucedâneos das escolas de Conde Ferreira. Será na sequência deste quadro de legislação regulamentar e da crescente pressão, que surgirá o “Programa para a elaboração de projectos de edifícios destinados a escolas de instrução primária”, que deu entrada no Ministério das Obras Públicas a 10 de Janeiro de 1898 e publicado no jornal *O Século* de 11 de Janeiro do mesmo ano (Beja *et alii*, 1990: 75).

3. Adães Bermudes: o arquitecto e a obra

3.1. Quem foi Adães Bermudes?

Foi um cidadão de ideias republicanas que muito contribuíram, na época, para a formação do “homem novo” e teve uma participação consciente e esclarecida no renascimento e progresso nacional.

Com justiça, podemos afirmar que como arquitecto foi no seu tempo o Siza Vieira dos nossos dias.

Gonçalves, 2002: 56

Arnaldo R. Adães Bermudes nasceu no Porto, na freguesia de Santo Ildefonso, a 29 de Setembro de 1863 (Gonçalves, 2002: 56). Obteve a sua formação na Academia Portuguesa de Belas Artes e na Escola Nacional de Belas Artes de Paris. Foi responsável pela elaboração de projectos de edifícios escolares públicos de instrução primária, na sequência da política de equipamento e investimento na instrução, levada a efeito pelo Estado em finais do século XIX, e que se inseriam no “Programa para a



Figura 3 - Edifício na Avenida Almirante Reis.

elaboração de projectos de edifícios destinados a escolas de instrução primária”. O projecto então vencedor granjeou a Adães Bermudes apreciada distinção, facto que veio a valer-lhe a Medalha de Ouro da secção de arquitectura escolar na Exposição Universal de Paris, em 1900 (Oliveira e Alves, 2005:297).

Em inícios do século XX, entre 1902 e 1912, construíram-se em Portugal cento e oitenta e quatro escolas dispersas um pouco por todo país, ficando conhecidas como escolas tipo «Adães Bermudes», onde se inclui a Escola Primária da vila de Lousada.

Ao longo da sua vida legou-nos uma rica e diversificada arquitectura, edificada maioritariamente na primeira metade do século XX. Para além das escolas já referidas destacam-se os projectos do edifício na Avenida Almirante Reis, nº 2 (Fig.3)¹, que lhe valeu o Prémio Valmor², em 1908. Em Sintra constroem-se entre 1906 e 1908 os novos Paços do Concelho³, entre a Vila Velha e a Estefânia que apresenta fachadas austeras, janelas neo-manuelinas e uma imponente torre de cobertura piramidal a azulejo. De 1910 data a Escola Brotero, em Coimbra, e, volvidos três anos sobre este projecto, surge o do Edifício da Escola Normal de Lisboa. Em 1917 é construído o Edifício Principal do ISA (Fig.4)⁴, na Tapada da Ajuda, que apresenta uma estrutura quadrilátera com claustro e arcadas incompletas. Uma outra obra de arquitectura a destacar é o edifício Banco de Portugal, cujo primeiro exemplar foi Projectado pelo Arquitecto Adães Bermudes e construído entre 1903 – 1904, no local onde se havia erguido a Igreja de S. João⁵; de destacado valor arquitectónico é também o Banco de Portugal de Faro, datado de 1926, com um forte cunho do Arquitecto Bermudes, ostentando influências



Figura 4 - Edifício Principal do ISA, na Tapada da Ajuda

revivalistas, neo-manuelinas e islâmicas. Conta-se ainda da autoria de Adães Bermudes os projectos da Igreja Matriz de Espinho/Igreja Paroquial da Nossa Senhora da Ajuda, construída nos finais do século XIX, com planta em forma de cruz latina de uma só nave⁶ e a Igreja Nova de Amorim (Póvoa de Varzim) (Fig.5)⁷.

Para além dos edifícios referidos, Adães Bermudes é autor dos hospitais da Covilhã e de Oleiros, bem como das cadeias de Anadia e de Sintra. É ainda da sua autoria a ampliação do Museu Nacional de Arte Antiga.

Adães Bermudes faleceu em Lisboa, em Fevereiro de 1947, contando 83 anos.

3.2. Escolas tipo «Adães Bermudes»: tipologias e características estruturais.

No jornal *O Século*, de 11 de Janeiro de 1898, publicava-se a abertura do concurso para apresentação de projectos de edifícios destinados a escolas

¹ Imagem obtida em: Site [em linha] <http://ulisses.cmlisboa.pt/data/002/008/index.php?ml=2&x=008.xml>

² O Prémio Valmor de Arquitectura tem como objectivo premiar obras de elevado recorte arquitectónico dos novos edifícios construídos em Lisboa. Trata-se de um prémio pecuniário, segundo o mencionado no testamento do Visconde de Valmor, Fausto Queiroz Guedes. O prémio então instituído deveria ser repartido em partes iguais pelo arquitecto e pelo proprietário da construção. Este prémio foi associado, desde 1982, ao Prémio Municipal de Arquitectura, tendo passado a denominar-se Prémio Valmor e Municipal de Arquitectura, gerido pela Câmara Municipal de Lisboa.

³ Fonte: Site [em linha] http://pt.wikipedia.org/wiki/Arnaldo_R._Ad%C3%A3es_Bermudes.

⁴ Imagem obtida em: Site [em linha] <http://www.isa.utl.pt/home/node/268>.

⁵ Fonte: Site [em linha] http://www.cm-braganca.pt/pagegen.asp?SYS_PAGE_ID=494068.

⁶ Fonte: Site [em linha] <http://www.cp.pt/cp/detailCulture.do?itemId=358164>.

⁷ Imagem obtida em: Site [em linha] <http://fotos.afasoft.net/div/amorim.htm>.



Figura 5 - Igreja Nova de Amorim, Póvoa de Varzim.

de instrução primária e o respectivo relatório (Beja *et alii*, 1990:75), cujo prazo de entrega dos trabalhos era de seis meses.

O programa preliminar do projecto estabelecia que deveriam ser apresentadas peças desenhadas, à escala 1/100, cortes na mesma escala, memória des-

critiva e justificativa, sob o ponto de vista da construção, da higiene e da pedagogia. São mencionadas ainda as medições para cada tipo de edifício adoptado assim como os orçamentos. Era apresentada uma listagem de áreas que contemplava um vestiário, uma ou mais aulas, pátio com recreio coberto, habitação do professor, retretes e urinóis. Neste ponto não era definido o programa de espaços para a habitação e, tal como em 1866, não havia referência ao abastecimento de água (que, provavelmente, exigiria a abertura de poço); menciona as instalações sanitárias, embora se não determine soluções para os esgotos, todavia, segundo as “Condições especiais e caderno de encargos...”⁸, no Capítulo 1.º, refere-se que deveriam ser realizadas duas retretes e respectivas fossas. Zonas para administração da escola, biblioteca, trabalhos manuais, exposições ou arrumações também eram expressamente exigidas. Requeriam-se dimensões para um máximo de 50 alunos por sala, na razão de 1,25m²/aluno, sendo o pé direito de 4m. a 4,5m.; os pavimentos, de madeira, teriam de ser elevados 1,5m. acima do terreno exterior.

Quanto à iluminação natural, excluía-se as entradas de luz pelo tecto e exigiam-se janelas rectangulares ou com lintel ligeiramente curvo, não se definindo qual a superfície iluminante; textualmente era dispensada a apresentação de soluções para iluminação artificial.

Assinalava-se ainda, sendo considerada a hipó-

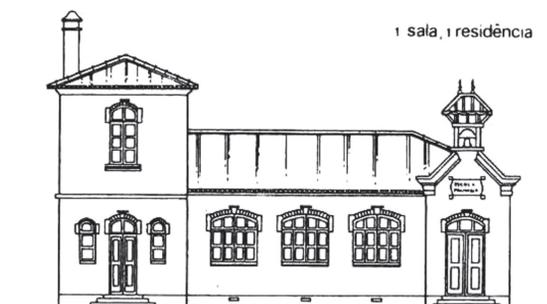


Figura 6a - Alçado principal

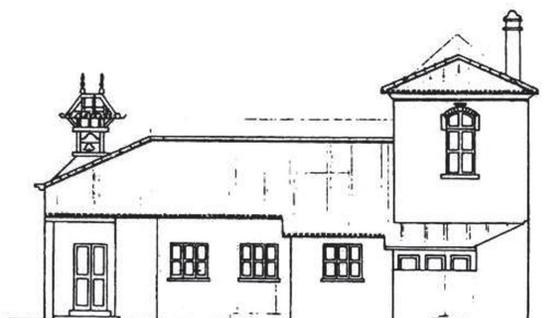


Figura 6b - Alçado posterior

⁸ Documento manuscrito depositado no AML (Arquivo Municipal de Lousada).

tese de escolas mistas, que tornavam-se obrigatoriamente independentes as salas de aula, os sanitários, as respectivas habitações dos professores e até as entradas e os vestíbulos.

Nas condições especiais do programa, determinava-se que os projectos considerassem três tipos diferentes de edifícios:

I.º – Escolas com uma sala, para 50 alunos (só rapazes ou só raparigas), e habitação para um professor.

Escola tipo “Adães Bermudes” do Crato: 1 sala, 1 residência

Fig.6a; 6b; 6c e 6d (Beja *et alii*, 1990: 77).

II.º – Escolas com duas salas para 100 alunos (só rapazes ou só raparigas), com habitação para professor e ajudante (que geralmente era cônjuge ou outro familiar próximo do professor titular).

Escola tipo “Adães Bermudes” de Vila Pouca de Aguiar: 2 salas, 1 residência

Fig.7a; 7b; 7c e 7d (Beja *et alii*, 1990: 78-79).

III.º – Escolas mistas, com duas salas, para 100 alunos, com duas habitações para os professores e ajudantes respectivos.

Escola tipo “Adães Bermudes” de Mateus – Vila Real: 2 salas, 2 residências

Fig.8a; 8b e 8c (Beja *et alii*, 1990: 80).

Como limite para a base orçamental dos edifícios, indicava-se 40\$000 réis/aluno, especificando-se que a este preço correspondiam alicerces a 1,50 m de profundidade.

Pela primeira vez era recomendado que cada tipo de edifício viesse a ser construído de acordo com as técnicas e os materiais próprios de cada zona do país, devendo considerar-se sete regiões distintas:

- Minho e Douro
- Trás-os-Montes
- Beiras
- Estremadura
- Alentejo
- Algarve
- Ilhas adjacentes

A 31 de Outubro de 1898 o júri concluiu o parecer de apreciação, aprovando o trabalho da autoria do Arquitecto Arnaldo Redondo Adães Bermudes

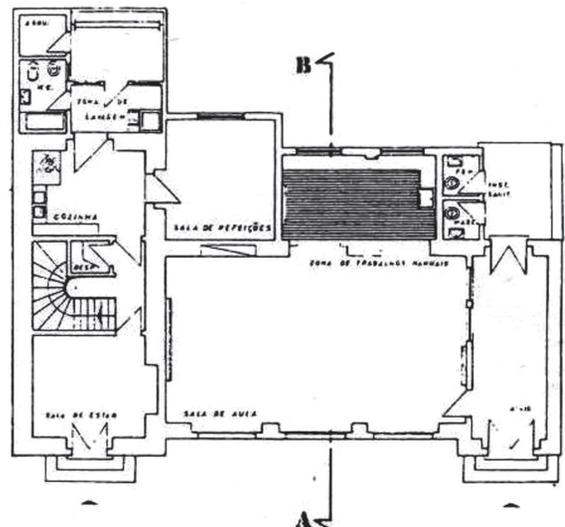


Figura 6c - Planta do 1.º piso.

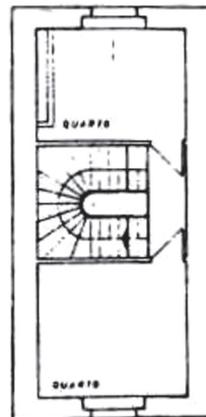


Figura 6d - Planta do 2.º piso.

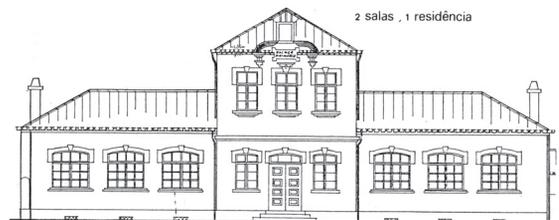


Figura 7a - Alçado principal.



Figura 7b - Alçado posterior.

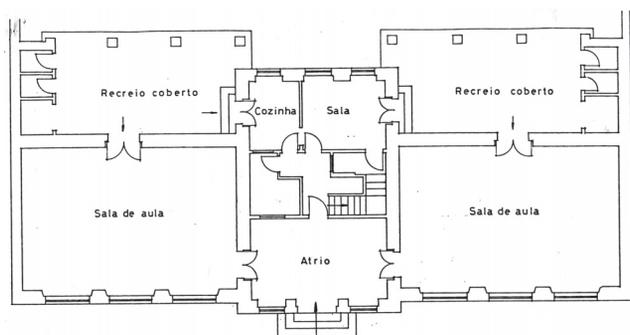


Figura 7c - Planta do 1.º piso.

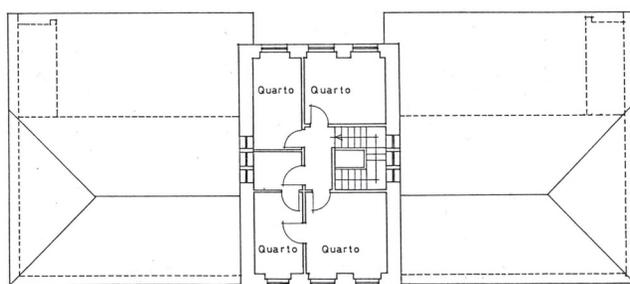


Figura 7d - Planta do 2.º piso.

que, sob o pseudónimo *Fiat lux*, fora o único candidato a apresentar-se ao concurso público⁹ (Beja *et alii*, 1990: 76).

4. O ensino primário em Lousada: a escola pública primária da vila

4.1. Nota introdutória

A necessidade de construção de uma nova unidade escolar destinada à instrução primária em Lousada há muito que se fazia sentir. Januário Correia de Almeida, numa visita ao concelho de Lousada levada a efeito em 1865, então como Governador Civil do Porto, referindo-se às escolas aqui existentes, disse que apenas existiam três escolas, “o que estabelecia a lamentável proporção de uma escola para 4 894 habitantes” (Costa, 2004: 125). Após a visita, foi decretada a

construção de “mais uma escola do sexo masculino, e abriu-se um curso nocturno na freguesia de Silveiras, mas sendo ainda assim diminuto este número de escolas para a população do Concelho, estão preparados os processos para se pedir a criação de mais cinco cadeiras de instrução primária, das quais três serão para o sexo masculino e duas para o feminino” (Costa, 2004:126).

Quando o lamentável estado do ensino em Lousada, apesar de ter sido decretada a abertura de um curso nocturno e de mais cinco cadeiras de instrução pública, à época a acção por parte da Câmara Municipal não transparece uma concreta e concertada política educativa, sendo, inclusive, “dos poucos Concelhos do Distrito do Porto em que a Câmara resolveu não aceitar o legado de conde de Ferreira para escolas, por entender que por sua parte teria de contribuir com verba tão avultada para satisfazer às condições impostas, que poderia com ela edificar duas ou três escolas mais modestas” (Costa, 2004:126). Apesar da alegação, a Câmara Municipal nunca concretizou qualquer projecto de edifício directamente relacionado com a instrução, mantendo-se por isso ainda por largo tempo as precárias condições de ensino. Disto é reflexo a Acta datada de 3 de Novembro de 1900¹⁰ (Fig.9a, 9b e 9c), da Câmara Municipal de Lousada, em que menciona “que nesta villa, nenhuma das escolas tem edificio próprio, e que a construção de um edificio



Figura 8a - Alçado principal.

⁹ Diário de Notícias de 1 de Novembro de 1898.

¹⁰ Acta apensa ao “Processo para a expropriação de 150m2 de terreno, na villa de Lousada, para a construção do edificio para a escola dupla dos dois sexos, da mesma villa”.



Figura 8b - Alçado posterior.

duplo é duma altíssima vantagem para esta villa e concelho”, citando ainda que as escolas “estão instaladas em edifícios impróprios, por não haver condições”. Segundo o “Livro de relação de todas as escolas de instrução primária, legalmente criadas até 31 de Julho de 1898”¹¹, existiam dois espaços adaptados a escola na Vila, um para o sexo masculino e um outro para o sexo feminino. No momento em que se registou, no citado livro, as escolas de instrução primária existentes em Lousada, eram professores na Vila de Lousada António Dias Campos e Emília Augusta da Conceição e Silva.

O Professor António Dias Campos encontrava-se nesta altura num edifício arrendado, e não tinha casa do professor anexa. Da escola pagava 20000 réis anuais e da habitação 12500 réis anuais,

ambas as rendas pagas a 29 de Setembro de cada ano. A propriedade da escola era de José de Azevedo Portugal enquanto que a da habitação era Miguel Pinto Ribeiro.

A Professora Emília Augusta da Conceição e Silva tinha casa de habitação do professor, mas a escola encontrava-se arrendada pelo valor anual de 25 000 réis, que era paga a 29 de Setembro de cada ano. Era proprietário da escola o Sr. João Baptista de Carvalho.

Vão ser estes os primeiros professores a leccionar na Escola Primária de Instrução Pública da vila.

4.2. Condições especiais e caderno de encargos para a construção por empreitada geral do edifício destinado às escolas públicas do ensino primário na Vila de Lousada.

Em Março de 1901, Adães Bermudes, arquitecto director da Direcção das Construções Escolares de Aveiro, subdelegação do Ministério

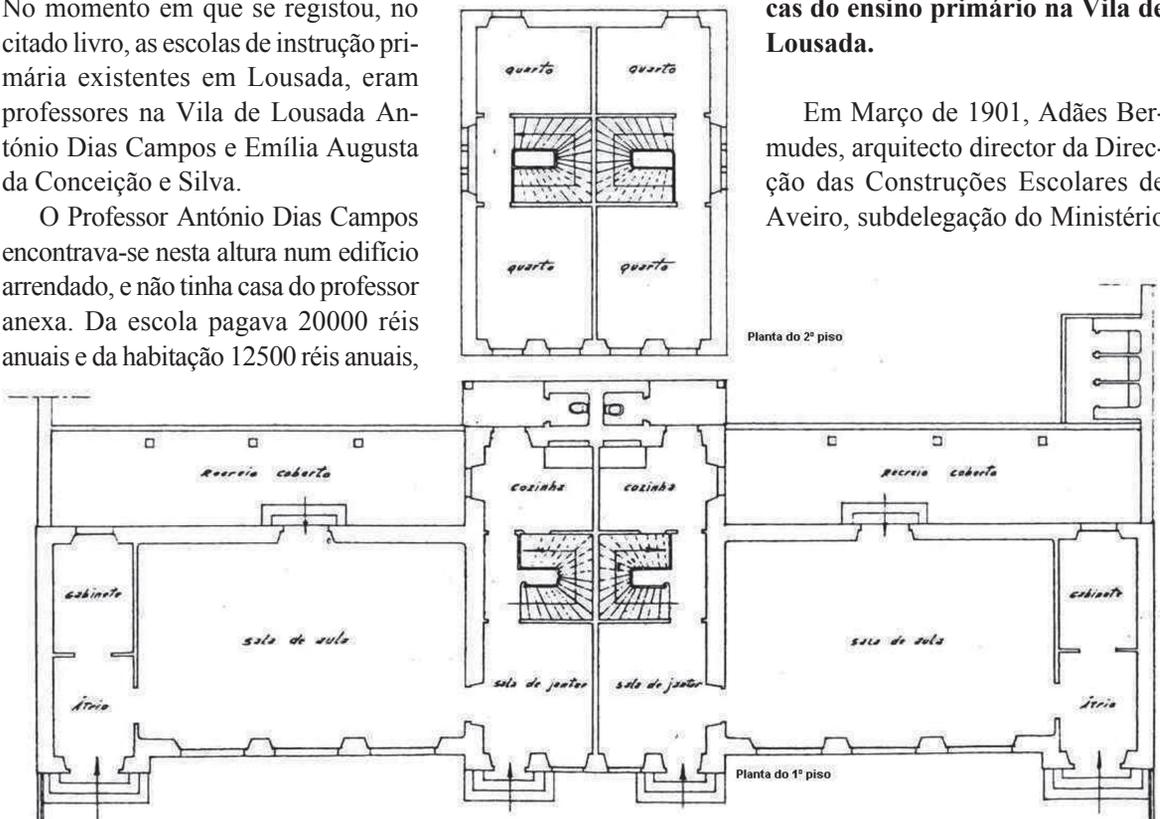


Figura 8c - Planta do 1.º e 2.º piso.

¹¹ Livro depositado no AML.

fessor e professora. Ainda neste capítulo, lembra que as escolas (Masculino e Feminino) deverão estar separadas entre si, e que a sua composição será de “dois vestibulos de entrada, dois vestiários, duas sala de aula, duas retretes para alumnos e respectivos fossos, dois pateos cobertos para recreio e dois jardins vedados por muros; e as habitações de professores, constando cada uma no rés-do-chão duma sala, cozinha, dispensa no desvão da escada que dá acesso ao primeiro andar e retrete para professor ou professora no primeiro andar separadas por um corredor, existem mais dois quartos”.

O Capítulo 2.º contém trinta alíneas e noventa e nove números, onde se determinam as qualidades dos materiais, nomeadamente as pedras para alvenaria, que deverá ser de granito, duro e limpo; pedra britada preferencialmente a aplicada nas vidraças; pedra para cantaria, a aplicar em degraus, ameias, peitoris, etc., estabelece-se a qualidade das areias e saibros, tijolos e telhas, os tipos de azulejos, ladrilhos e mosaicos, também os cimentos e madeiras, entre outros materiais a empregar na obra.

Relativamente aos azulejos, que no caso da escola de Silveiras não chegaram a ser colocados, estes eram da total responsabilidade do architecto director, no presente caso do Architecto Adães Bermudes. Apesar de a escola de Silveiras não ter em momento algum possuído azulejos muitas são as escolas tipo «Adães Bermudes» que gozam deste tipo de revestimento decorativo, encontrando-se estes ao nível dos frisos do telhado, percorrendo o edificio em todo o seu perímetro.

O Capítulo 3.º, composto por duas alíneas, respectivamente com os n.ºs 100.º e 101.º, refere-se ao “prazo para a conclusão dos trabalhos a fazer”. No n.º 100º é estipulado o tempo para a execução de dez meses, referindo “que pelo que a prática tem demonstrado é amplamente suficiente”.

O número 101.º, alude às multas a pagar por incumprimento dos prazos previstos no contrato ou se por desmazelo o empreiteiro agravar as despesas de fiscalização e administração. A verificação de uma destas anomalias, salvo se devidamente comprovadas, acarretava o pagamento de uma multa no valor de dois mil réis por cada dia a mais que levassem as referidas obras.

4.3. Processo de expropriação de terreno com vista à construção da Escola da vila

Data de 1901 o processo de expropriação (Fig. 11) que visava a privação de 150m² de terreno pertencente a António Emilio de Magalhães Barros, cujo fim era a construção de um edificio para escola dupla dos dois sexos.

Compreende o aludido processo de 28 páginas, constituído por quatro actas camarárias; officio de Adães Bermudes; Orçamento por louvação; Escritura de expropriação amigável; planta de implantação do edificio escolar (apresentada em reunião de câmara pelo Presidente a 4 de Abril de 1901) (Fig.12) e duas cartas endereçadas, pela parte da Câmara Municipal, a Adães Bermudes.

Como anteriormente referido, em 1898, a 10 de Janeiro, lançou-se o “Programa para a elaboração de projectos de edificios destinados a escolas de instrução primária”, e, em 1900, o architecto Adães Bermudes, que fora o vencedor do concurso, ganha a Medalha de Ouro da secção de architectura esco-

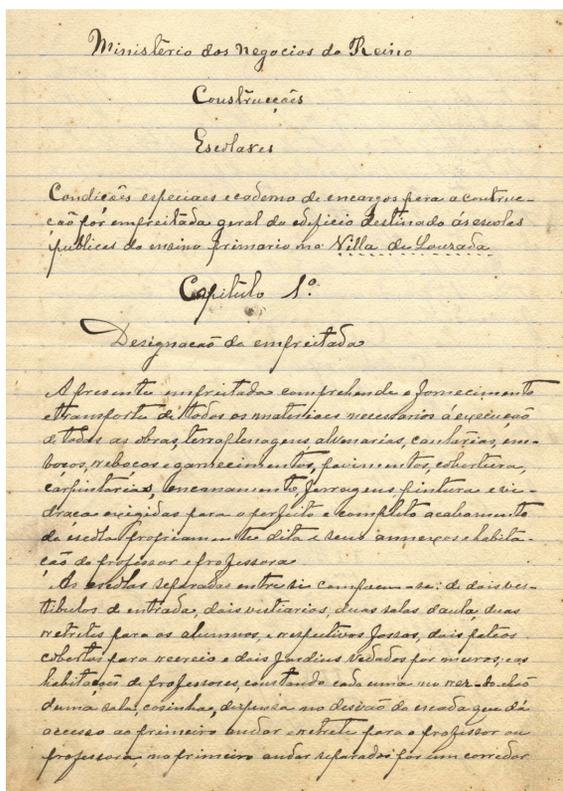


Figura 10 - Folha de rosto das “Condições e caderno de encargos...”, datado de Março de 1901. AML.

lar na Exposição Universal de Paris. O prestígio “universal” do projecto terá colhido, certamente, as atenções dos responsáveis políticos de Lousada, que se viam, no momento, com um problema entre mãos e que se revelava ser da mais premente resolução. Tratavam-se das escolas de instrução primária da Vila que não tinham edifício próprio, logo, sem as devidas condições para um bom ensino. Será, porventura, neste clima de presente agitação, que a Câmara Municipal concorrerá à construção de um edifício escolar duplo para os dois sexos, a ser construído na freguesia de Silvares.

O primeiro documento a que tivemos acesso e que revela estar já em excução, o processo com vista à construção de um edifício escolar, é a Acta de 3 de Novembro de 1900, em que se cita que por ordem do governo estivera há dias na vila o architecto Adães Bermudes, que foi encarregado pela direcção geral de Instrução Pública de escolher o local para a construção de uma casa escola para a vila

de Lousada. A fim de dar começo à construção do edifício escolar, o Presidente da Câmara percorreu vários terrenos com o architecto, tendo a sua preferência recaído no que se encontrava em frente ao quintal de António Emílio de Magalhães Barros para o lado poente e que confronta pelo nascente com o referido quintal, pelo norte com o Largo da Feira, pelo poente com a estrada distrital número 35 e pelo sul com o quintal do Bacharel João Manoel Pacheco Teixeira Rebello. Chama ainda a dita acta a atenção de que o Presidente em funções referiu que a câmara deveria dar o terreno necessário para a construção de um edifício duplo para os dois sexos, visto que na vila nenhuma das escolas tinha edifício próprio, e que seria um melhoramento de altíssima vantagem para a vila e concelho pois que as escolas existentes se encontravam instaladas em edifícios impróprios, por não haver condições.

Apenas a 21 de Março de 1901, em officio da Direcção das Construções Escolares (Fig. 13a e 13b), assinado pelo Architecto Adães Bermudes, endereçado ao Presidente da Câmara Municipal de Lousada, José Freire da Silva Netto, voltaremos a ver noticiada a construção da escola de Silvares. O dito officio, refere que o Ministro dos Negócios do Reino, por despacho de 15 de Março de 1901, autorizou a construção de um edifício destinado a escolas primárias para ambos os sexos na freguesia de Silvares, solicitando a abertura de concurso público para a empreitada, cuja base de licitação era de 4 442 réis. Solicita ainda no documento que se proceda à aquisição do terreno estipulando a área de 150m². Com o officio seguia apensa a planta com a localização e implantação do edifício escolar a construir (Fig. 14).

A Câmara Municipal, tal como cita o officio, deveria entregar na Recebedoria, cuja delegação era da Caixa Geral de Depósitos, a quantia de 200 réis, como constava do acordo aquando do concurso à construção do edifício escolar. Anexo ao officio seguiam também três exemplares de guias com o valor de 200\$000 réis com que a Câmara Municipal comprovaria o depósito do donativo. Estava convençãoado que uma das guias deveria ser entregue na Repartição onde se consumasse o depósito, uma outra endereçada ao architecto Adães Bermudes, ficando a terceira na posse da câmara, porém, jul-

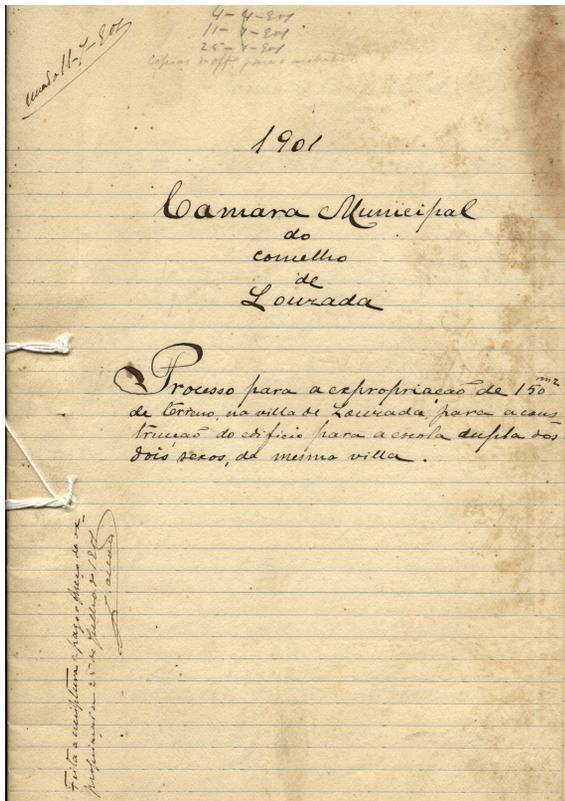


Figura 11 - Folha de rosto do “Processo para a expropriação de 150m² de terreno, na villa de Lousada, para a construção do edificio para a escola dupla dos dois sexos, da mesma villa”, datado de 1901. AML.

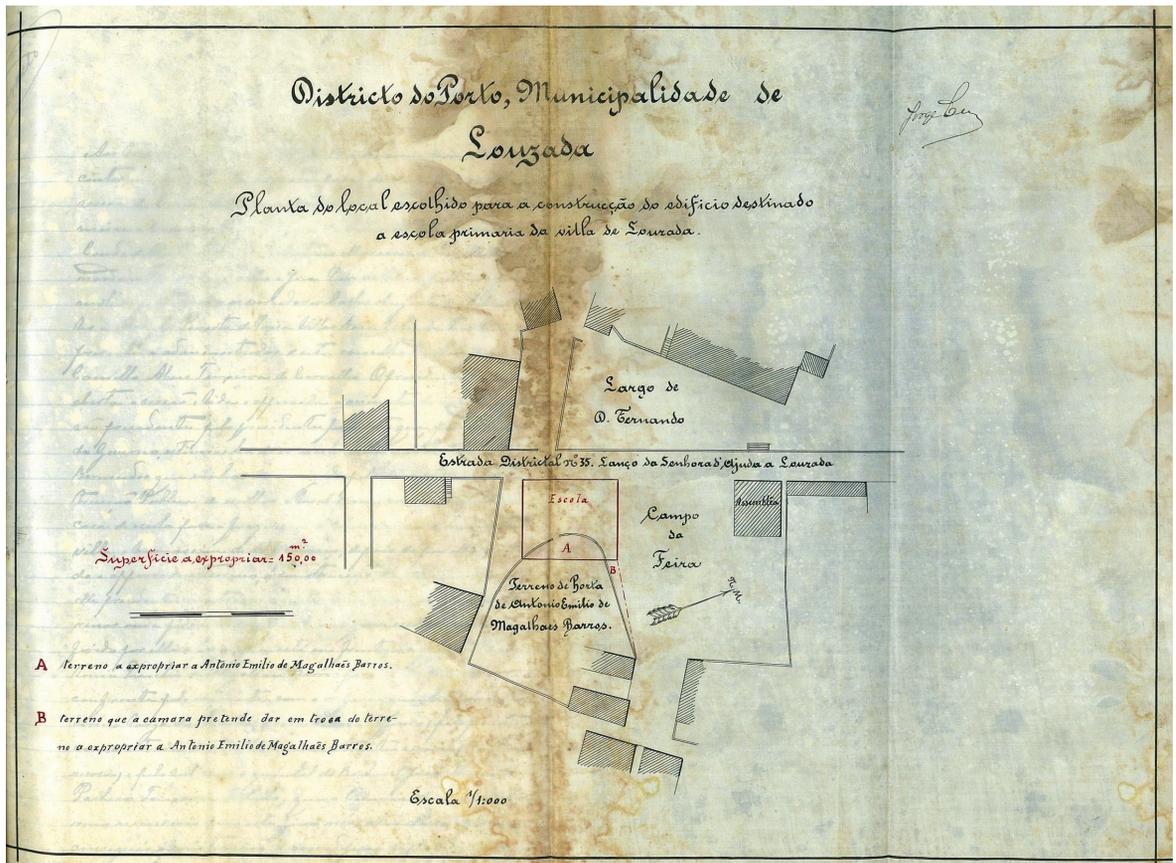


Figura 12 - Planta de implantação do edifício escolar apresentada em reunião de Câmara a 4 de Abril de 1901. AML.

gamos que a guia que deveria ter sido enviada ao arquitecto não chegou a seguir, já que se encontram dois exemplares destas guias, quando apenas uma deveria constar, que era a Guia n.º 1-C.

Logo a 4 de Abril reuniu a Câmara Municipal, informando o executivo do anteriormente referido officio da Direcção das Construções Escolares. No seguimento desta reunião, a 11 de Abril 1901, o Presidente da Câmara, enviou a Adães Bermudes uma carta (Fig. 15) comunicando-lhe da abertura do processo de expropriação, dando resposta ao officio de 21 de Março.

Por solicitação da Câmara Municipal de Lousada, a 3 de Junho de 1901, três louvados judiciais realizaram um orçamento por louvação (Fig. 16) do terreno a expropriar a António Emílio de Magalhães Barros. Cita a louvação, que o terreno fazia parte de quintal vedado com um muro, que o dito terreno possuía árvores de vinho e fruta e uma ramada. Referem os louvadores as confrontações do terreno, e disseram

que por se tratar de terreno murado podia valer 250\$000 réis. Avaliaram ainda um pedaço de terra que fazia parte da Feira, que confrontava a sul com o terreno de António Emílio de Magalhães Barros, pelo valor de 25\$000 réis. Conforme a Acta de 13 de Junho de 1901, o então Presidente da Câmara Municipal de Lousada, José Freire da Silva Netto, apresentou a planta do terreno a expropriar, com o fito de aí se vir a construir um edificio escolar duplo para os dois sexos, para o qual a câmara se achava já autorizada desde 5 de Dezembro de 1900, pela Comissão Distrital. Esta Acta mostra-nos também a aprovação do valor de expropriação, segundo o apresentado pelo louvadores contratados pela câmara, que tal como já citado, foi de 25 000 réis.

Em 11 de Julho, segundo Acta Camarária, deliberou favoravelmente a Comissão Distrital, para que a câmara adquirisse o trecho de terreno pertencente a António Emílio de Magalhães Barros, por expropriação e não por troca, como tinha sido deliberado

M.^{me} e V.^{me} Sr.
Senhor Sr. A. R. de Barros

Tenho a honra de participar a V. Ex.^{ta} que S. Ex.^{ta} o Ministro dos Negocios de Recife, por seu despacho de 15 de corrente, se dignou autorisar a construcção, de um edificio destinado a escolas primarias para ambos os sexos na freguesia de Silvares, sede d'esse concelho, devendo abrir-se brevemente concurso publico para a empreitada d'essa construcção, sob a base de licitação de \$:442.000 réis, importância de respectivo orçamento.

Nesta conformidade rogo a V. Ex.^{ta} se digno proceder, com a urgencia possivel, á aquisição de terreno necessario para a installação da dita escola, para o que ha necessidade de apropriar 150 metros quadrados da propriedade de Antonio Emilio de Magalhães Barros, em harmonia com o que me indique na planta que acompanha o presente officio.

Por esta occasião, cumpre-me o dever de remetter a V. Ex.^{ta} tres exemplares de guias para a entrega na primeira oportunidade, na Provedoria d'esse concelho, como delegação da Caixa Geral de Depósitos, da quantia de 200.000 réis, compra a Camara Municipal da muito digna Presidencia de V. Ex.^{ta} delibere encomezar para auxilio d'aquella construcção.

Um exemplar d'essas guias fica na Repartição onde se fez o depósito, outro exemplar devora V. Ex.^{ta} devolver-me-o com o recibo d'aquella Repartição, ficando o terceiro, com o

Figura 13a - Folha 1 do officio da Direcção das Construções Escolares, datado de 21 de Março de 1901. AML.

competente recibo, em poder d'essa V.^{me} Camara, como documento comprovativo da entrega.

Deus Guarde a V. Ex.^{ta}

Direcção das Construções Escolares, Recife, 21 de Março de 1901.

M.^{me} e V.^{me} Sr. José Freire da Silva Netto,
Digno Presidente da Camara Municipal de Louzada.

O Architecto Director
A. R. Adães Bermudes

Figura 13b - Folha 2 do officio da Direcção das Construções Escolares, datado de 21 de Março de 1901. AML.

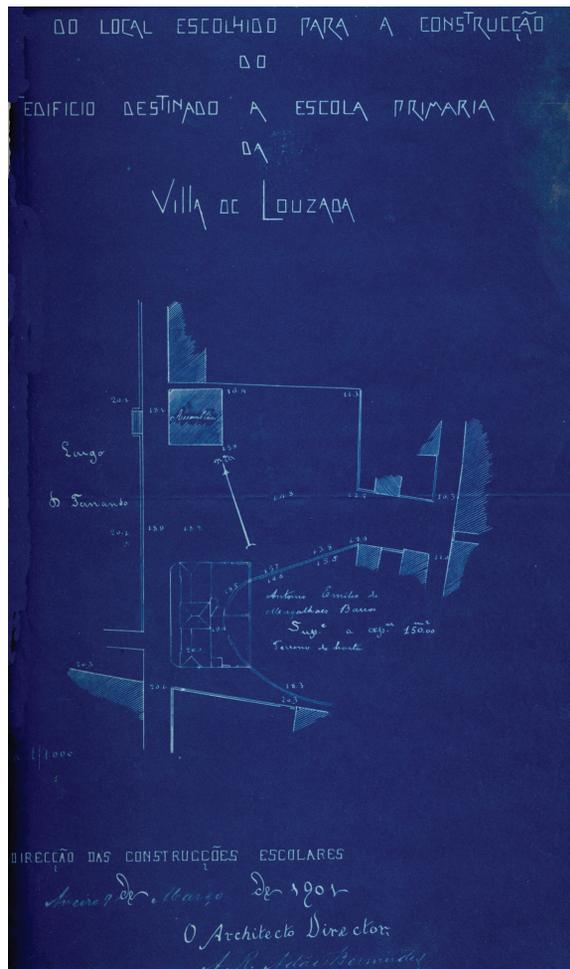


Figura 14 - Planta com a localização e implantação do edificio escolar de Silvares apenas ao officio da Direcção das Construções Escolares, datado de 21 de Março de 1901. AML.

a 13 de Junho em reunião de câmara. Seguidamente, a 25 de Julho, é assinada a escritura de expropriação amigável (Fig.17), entre a Câmara Municipal de Lousada e António Emilio de Magalhães Barros e esposa, tendo sido acordado o valor da expropriação em 250\$000 réis.

Apenas sete dias volvidos sobre a assinatura da escritura de expropriação, a Câmara Municipal de Lousada, representada então pelo Presidente José Freire da Silva Netto, endereçou a Adães Bermudes uma carta dando conhecimento de que o processo de expropriação tinha sido terminado a 25 de Julho de 1901, ficando assim concluído todo o processo com vista à construcção de um edificio escolar duplo para os dois sexos, a erigir na freguesia de Silvares (Lousada).

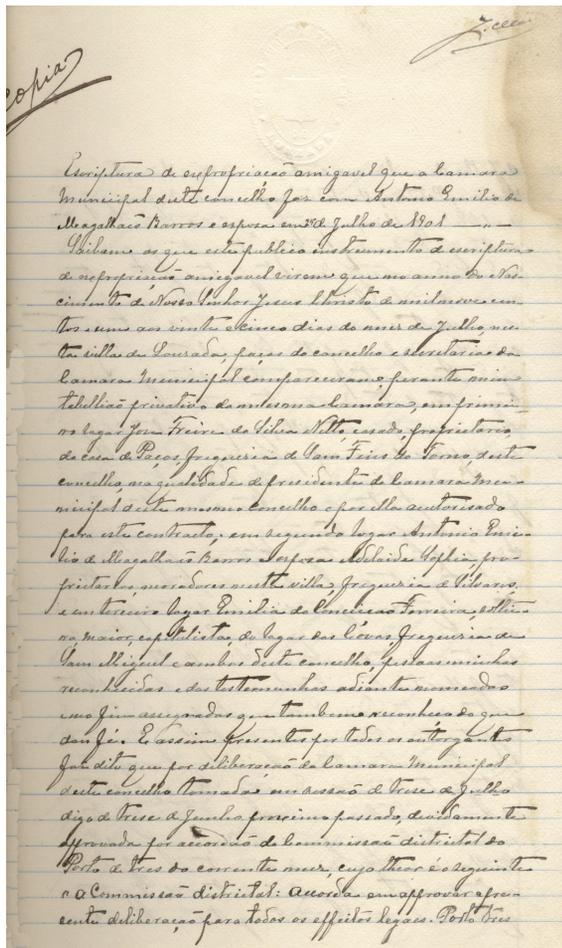


Figura 17 - Folha de rosto da "Escritura de expropriação amigável...", datada de 25 de Julho de 1901. AML.

de restauro e orçamentos”, é da parte da Direcção do Distrito Escolar do Porto, que solicita a alteração dos caleiros do novo quartel dos Bombeiros Voluntários de Lousada, dado que se encontram a pingar para o muro da escola, e que se está a inutilizar. O mesmo documento, alerta para o facto de os tectos da escola se encontrarem ameaçados de desabar a qualquer momento, pelo que, estando nesta altura a decorrer o período de férias, se revelava o momento mais oportuno para a dita intervenção¹².

No seguimento do exposto, a Câmara Municipal de Lousada parece ter concorrido a apoios, o

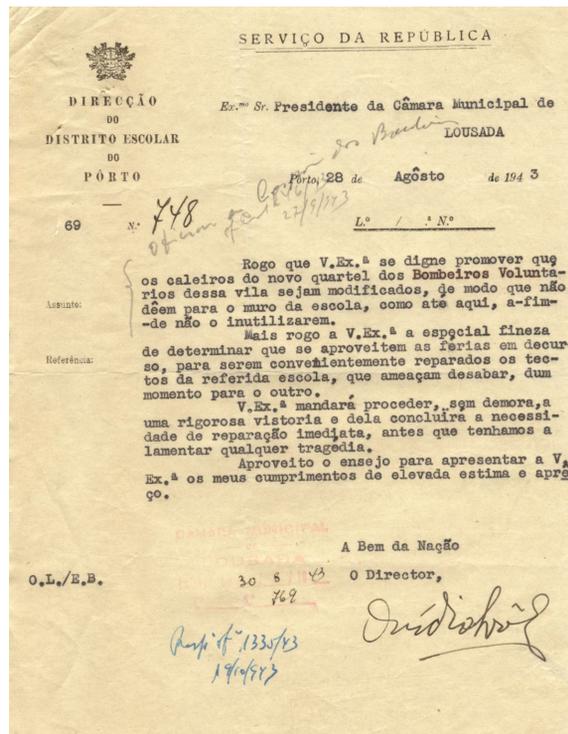


Figura 18 - Ofício nº 748 da Direcção do Distrito Escolar do Porto, datado de 28 de Agosto de 1943. AML.

que demonstra os poucos recursos económicos de que dispunha. A 2 de Fevereiro de 1944, por portaria de 29 de Janeiro de 1944 foi concedida à câmara uma comparticipação na importância de 8 765 réis¹³, pelo Fundo de Desemprego, para obras de reparação do edifício escolar de Silvaes¹⁴, porém, não é referido o que especificamente necessita ser intervenção.

Em 8 de Fevereiro de 1944, na prossecução do fundo solicitado, a Direcção dos Edifícios e Monumentos Nacionais do Norte, entidade titular da pasta da fiscalização das obras em edifícios escolares, reitera o fundo concedido ao abrigo da portaria de 29 de Janeiro, solicitando o envio aquela entidade do programa do concurso e caderno de encargos, afim de ser devidamente aprovado, salvo se a câmara pretendesse realizar as obras por administração directa¹⁵, facto que se veio a confirmar após o

¹² Ofício n.º 748, da Direcção do Distrito Escolar do Porto, datado de 28 de Agosto de 1943. AML.

¹³ Todas as referências aos valores a empregar no restauro são expressas em escudos.

¹⁴ Ofício n.º 4213, do Ministério das Obras Públicas e Comunicações, datado de 2 de Fevereiro de 1944. AML.

envio de pedido ao Ministro das Obras Publicas e Comunicações, que foi despachado favoravelmente a 13 de Março¹⁶. A 16 de Março do mesmo ano, referindo-se ao despacho de dia 13, a Direcção dos Edifícios Nacionais do Norte pede à Câmara Municipal de Lousada que envie ao citado organismo uma proposta em que figure o comprometimento em cumprir o solicitado para as obras de reparação do edifício escolar da vila. Ficamos a saber, com este documento, que a comparticipação do Fundo de Desemprego era de 50% do valor total da obra, que rondava os 17 530 réis¹⁷.

O mesmo organismo volta a contactar a Câmara Municipal de Lousada a 27 de Abril, referindo que os trabalhos de reparação da escola de Silvares, respeitantes à armação do telhado, deveriam ser extensivos a todo o edifício¹⁸. Pelo exposto, se conclui, que este processo se arrastava desde 28 de Agosto de 1943, data em que nos surge a alusão da necessidade de se proceder à reparação dos tectos da escola que se encontravam ameaçados de desabar. O facto de ser reclamado o restauro do telhado de todo o edifício acarretou o aumento significativo do orçamento inicial.

Entre o ofício de 27 de Abril de 1944 e o reorçamento com a importância total das obras de restauro a efectuar na escola de Silvares (ofício que a Direcção dos Edifícios Nacionais do Norte endereçaram à Câmara Municipal de Lousada a 20 de Junho), não possuímos qualquer documento, o que não nos permite destrinçar as relações entretanto estabelecidas e os acordos a que terão chegado. O orçamento inicial era de 17 530 réis, com um apoio do Fundo de Desemprego na ordem dos 50%, a Câmara apenas tinha de dispor do valor de 8 765 réis. Com a solicitação de extensão das obras de restauro

do telhado à totalidade do edifício, o valor passou a ser de 45 750\$00. No orçamento do organismo já referido, a este valor eram deduzidos os 17 530\$00 (que era o valor orçamental inicial para as obras), ficando o orçamento em 28 220\$00; este facto levou a câmara a concorrer a um novo apoio, desta feita para trabalhos imprevistos. Este apoio foi concedido com a importância de 14 110\$00, que correspondia, também, a 50% da monta estimada para os trabalhos imprevistos.

No orçamento rectificativo elaborado pela Direcção dos Edifícios Nacionais do Norte, refere-se não apenas o restauro do vigamento do telhado, como a substituição das telhas, que deverão, segundo o orçamento, ser de tipo Marselha. É exposto ainda a reparação das portas exteriores, que deverão ser em madeira de castanho; as escadas de madeira, que deverão ser de pinho de 1ª qualidade; solicita-se o reboco de tectos e a reparação das paredes exteriores assim como a restituição da cor, entre outros trabalhos pontuais. Por este reorçamento se depreende que a escola não apresentava degradação apenas ao nível do telhado, mas que de uma forma geral se encontrava em adiantado estado de deterioração, e que uma intervenção geral era de facto necessária. Pese embora o facto, apenas a 18 de Setembro de 1944 foi concedida a autorização à câmara para a realização das obras imprevistas¹⁹.

O panorama traçado aponta para uma má gestão das obras e de fundos mal aplicados. A servir de comprovativo temos o ofício enviado à câmara a 13 de Abril de 1945, por parte da Direcção dos Edifícios Nacionais do Norte, em que expõe “que depois de realizada a vistoria foi verificada falta de execução de alguns trabalhos previstos no projecto”. A inobservância dos trabalhos previstos repor-

¹⁵ Ofício n.º 61, do Ministério das Obras Públicas e Comunicações/Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, datado de 8 de Fevereiro de 1944. AML.

¹⁶ Ofício n.º 2122, do Ministério das Obras Públicas e Comunicações/Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, datado de 13 de Março de 1944. AML.

¹⁷ Ofício n.º 138, do Ministério das Obras Públicas e Comunicações/Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, datado de 16 de Março de 1944. AML.

¹⁸ Ofício n.º 1350, do Ministério das Obras Públicas e Comunicações/Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, datado de 27 de Abril de 1944. AML.

¹⁹ Ofício n.º 828, do Ministério das Obras Públicas e Comunicações/Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, datado de 18 de Setembro de 1944. AML.

tara-se à parte correspondente às residências; que como refere o ofício enviado à Câmara em 9 de Maio de 1945, “ocupam a parte central, e que não tinham sofrido a mínima reparação, tanto interiormente, como exteriormente, destoando desagradavelmente do conjunto”²⁰. A 9 e 14 de Janeiro de 1946 recebeu a câmara as primeiras tranches com as respectivas importâncias de 8 764 réis e de 14 109,81 réis²¹.

Ao que tudo indica, o Ministério da Educação Nacional encontrava-se em 1957 a elaborar um novo plano de construções escolares, havendo em Lousada apenas dois edifícios em condições de serem aproveitados. Tratava-se dos edifícios escolares de Alentém e Vilar do Torno (de tipo indefinido) e da vila de Lousada (de tipo «Adões Bermudes»)²². Este ofício, datado de 31 de Maio de 1957, menciona que ambos os edifícios careciam de obras de beneficiação. Desconhecemos o estado de conservação do edifício de Alentém e Vilar do Torno, mas quanto ao da vila de Losada sabemos que apenas se tinham volvido 12 anos desde a última intervenção, pelo que as obras de que o edifício carecia correspondiam a situações pontuais, como se pode deprender dos orçamentos de 8 e 14 de Julho de 1957. O primeiro corresponde à parte de carpintaria²³, enquanto o segundo se reporta a serviços de pintura, caiação, estuques e cimentos²⁴, cujas importâncias respectivas apresentadas constam de 22 053 réis e de 32 750 réis. Previam-se obras ao nível de janelas e portas, consertos do soalho e aquisição de uma estante, alargamento de alguns espaços físicos assim como do restauro, por exemplo, das retretes, com alteração das canalizações, colocação de louças sanitárias e torneiras novas, alargamento do espaço da cozinha e suas de-

pendências, etc. Não sabemos se estes orçamentos foram aplicados internamente pelos serviços administrativos da câmara, para adjudicação directa da obra, ou se foram utilizados para serem incluídos num projecto de reabilitação a levar a concurso junto das entidades estatais competentes. Contudo, a 5 de Dezembro de 1957, em ofício remetido à Câmara Municipal de Lousada, por parte da Direcção dos Edifícios Nacionais do Norte, constata-se que este organismo iria vistoriar o edifício escolar de Silvares, a fim de colher os elementos necessários à elaboração do projecto das obras de conservação que entretanto a Câmara havia solicitado²⁵.

O último documento relativo à escola de Silvares, data de 20 de Fevereiro de 1958 (Fig.19), referindo que a importância do orçamento para as obras de conservação e reparação eram de 48 410 réis. Trata-se de um ofício da Direcção-geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais remetido à Câmara Municipal de Lousada, solicitando a esta a averiguação da possibilidade de poder suportar o encargo de 30 982 réis no orçamento do corrente ano²⁶.

Pelo exposto se afere que ao longo de cerca de 15 anos, a escola para ambos os sexos de da vila foi alvo de variadas intervenções. Entre 1944 e 1945 terá sofrido a mais profunda reabilitação, não tendo, pelo que se pode deprender pelos vários ofícios, sofrido alterações em termos estruturais, ou seja, em relação à planta original. Apenas entre 1957 e 1958, os documentos nos deixam transparecer alterações a esse nível, com adaptações de fundo em vários espaços, talvez devido a algumas dependências deixarem de possuir a funcionalidade original, tal como as residências.

²⁰ Ofício n.º 1770, fl.1, do Ministério das Obras Públicas e Comunicações/Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, datado de 9 de Abril de 1945. AML.

²¹ Ofício n.º 1434 e 2243, do Ministério das Obras Públicas e Comunicações/Comissariado do Desemprego, datados respectivamente de 9 e 14 de Janeiro de 1946. AML.

²² Ofício n.º 3963, do Ministério das Obras Públicas/Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, datado de 31 de Maio de 1957. AML.

²³ Orçamento manuscrito da Oficina de Móveis de Manuel Morais, datado de 8 de Julho de 1957. AML.

²⁴ Orçamento manuscrito de Alberto Flávio Alves de Sousa Freire, datado de 14 de Julho de 1957. AML.

²⁵ Ofício n.º 342, do Ministério das Obras Públicas/Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, datado de 5 de Dezembro de 1957. AML.

²⁶ Ofício n.º 1485, do Ministério das Obras Públicas/Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, datado de 20 de Fevereiro de 1958. AML.

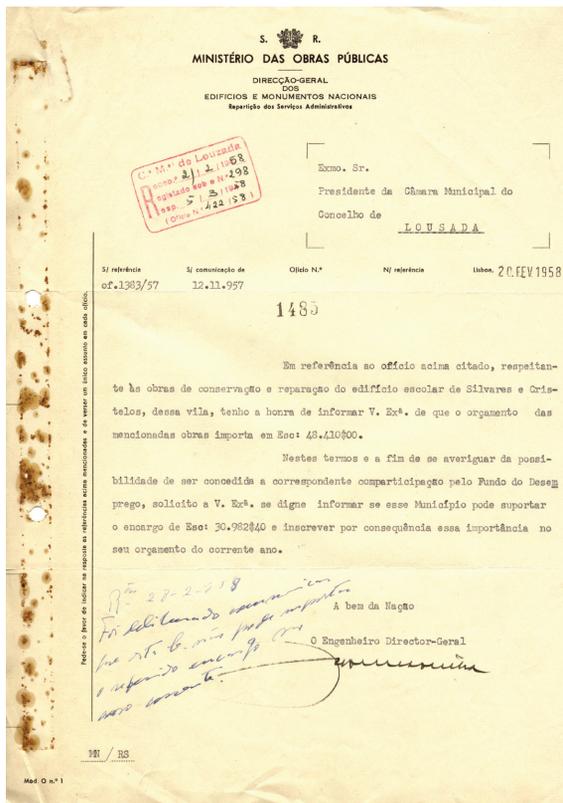


Figura 19 - Ofício n.º 1383/57 da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, datado de 20 de Fevereiro de 1958. AML.

5. Biblioteca Municipal de Lousada: da intenção à obra

Uma biblioteca pública para recreio e ilustração daqueles que preferem este proveitoso divertimento no prejudicial vício do jogo e da taberna.

In Jornal de Lousada, de 20 de Janeiro de 1951/2

Foi por meados do século passado que se começaram a exteriorizar as primeiras preocupações no sentido de enunciar da premente necessidade de se dotar a vila de Lousada de uma Biblioteca Pública.

José Diniz, a 3 de Fevereiro de 1951, publicou no Jornal de Lousada um longo texto intitulado “Biblioteca Municipal”, na sequência de um artigo que tinha sido publicado na secção Ecos, do mesmo jornal, de 20 de Janeiro de 1951. As suas palavras, assaz críticas, apesar de favoráveis à criação de uma biblioteca, lembravam aos mais ávidos e

imprudentes dirigentes concelhios que a abertura de uma biblioteca pública não se faz de “ânimo leve e que sem livros, pois, não se conseguem criar bibliotecas, assim como, sem ferramentas, não se pode fazer obras” (Diniz, 1951:2).

Mais adiante o mesmo autor lança um repto dizendo: “Lousadenses: Secundai o apelo feito pelo jornal da vossa terra e acordai a oferecer livros ao vosso município, para que, dentro de breves mezes, possais ver inaugurada uma biblioteca pública na vila, que muito amais e desejais engrandecida: Lousada” (Diniz, 1951:4).

Ainda no ano de 1951, a 3 de Março, Orlando de Sotto-Maior, director da secção *INICIATIVA* do Jornal de Lousada, engrandecia as palavras de José Diniz, reafirmando estar “na ordem do dia, o problema para a criação de uma Biblioteca Pública, e, por conseguinte, considerava oportuno debater-se tão importante caso...” (Sotto-Maior, 1951: 1).

O início da década de 50 do século passado foi assim pródiga no incitamento à criação de uma biblioteca pública para a Vila de Lousada, contudo, parece não terem surtido o anseio desejado nas entidades competentes, dado que, segundo Victor Magalhães (2002:138), após o 25 de Abril, “Lousada não possuía nenhuma estrutura de raiz cultural ao nível de Museu e de Biblioteca”.

Face à inoperância por parte da entidade governativa local de então, um grupo de munícipes lançou “mãos à obra” com o intuito de criarem um Museu e uma Biblioteca, facto que a consumir-se seria entregue posteriormente à Municipalidade.

Tendo sido desocupado o Edifício do Antigo Tri-



Figura 20 - Aspecto actual da fachada da antiga escola primária de Silves.

bunal, local onde funcionava até então a Escola do Ciclo Preparatório, foi solicitada à Câmara Municipal, à época presidida por Amílcar Neto, a cedência do 1.º andar com o intuito de aí serem instaladas as primeiras estruturas de cariz cultural na Vila – o Museu e a Biblioteca, situação que se veio a verificar de forma efectiva. Nesta linha, foi celebrada a 10 de Fevereiro de 1983, no Cartório Notarial de Lousada, a escritura que constituía oficialmente a Associação Museu-Biblioteca de Lousada, tendo como objectivo a “defesa do património cultural e artístico e a divulgação da cultura, muito especialmente através do livro e do museu, competindo-lhe essencialmente promover o estudo, investigação, recolha, conservação, exposição, divulgação e protecção do património arqueológico, etnográfico, artístico e histórico do concelho de Lousada em particular; organizar uma biblioteca para utilização pública, promovendo a divulgação do livro e o gosto pela leitura” (Magalhães, 2002: 138).

A inauguração oficial do Museu-Biblioteca deu-se a 21 de Julho de 1984, sendo a primeira direcção constituída por: Presidente: Coronel Augusto Cândido Pinto Coelho Soares de Moura; Secretária: Maria Isabel Ribeiro Pacheco da Fonseca; Tesoureiro: Francisco Victor da Cunha Magalhães; 1.º Vogal: Lígia Maria de Andrade Alves Ribeiro; 2.º Vogal: Maria de Lurdes Meireles dos Santos Peixoto.

Apenas cinco anos volvidos, o Museu-Biblioteca vê o seu núcleo museológico extinto e o acervo documental que compunha, à data, a Biblioteca, é arrecadado no edifício da Quinta das Pocinhas, ficando este à guarda da Câmara Municipal de Lousada, que começa então a mover esforços no sentido de criar um espaço condigno para albergar o acervo documental e simultaneamente oferecer um espaço aprazível para o leitor, facto que se irá prolongar ao longo de mais de uma década (1991-2002). Percorrendo a Biblioteca vários espaços dentro da vila de Lousada, contando-se entre eles, o edifício do matadouro, um edifício junto dos Paços do Con-

celho e, ainda antes de se deslocar para o espaço que ocupa hoje, algumas salas do andar superior das instalações da Associação Cultural e Musical de Lousada, lugar que abandonará no ano de 2002.

Em 1999 começam a encetar-se os primeiros passos rumo à instalação da nova Biblioteca, sendo para o efeito assinado a 3 de Março do mesmo ano um protocolo entre o Instituto Português do Livro e da Biblioteca (IPLB) e o Município de Lousada. É ainda durante o ano de 1999 que se iniciam as obras de reestruturação e adaptação da Antiga Escola «Adões Bermudes» da vila de Lousada. As obras visaram a adaptação²⁷ do antigo edifício escolar a uma biblioteca de tipo B2, local onde se encontra actualmente a Biblioteca Municipal de Lousada que foi inaugurada a 12 de Setembro de 2003, integrando actualmente a Rede de Bibliotecas Públicas.

Caracteriza-se, presentemente, por ser uma BM2 (Tabela 2), classificação atribuída pelo Instituto Português do Livro e da Biblioteca – IPLB – tipologia que se baseia no número de habitantes que um concelho possui (Fig.21).

Contempla a actual Biblioteca Municipal amplos espaços físicos para adequada acomodação do fundo documental assim como de conforto para os utilizadores, espaços que se desenvolvem por três pisos, piso 1, rés-de-chão e cave.

O piso 1 goza de um espaço polivalente, em posição central em relação ao corpo do piso, onde se encontra um pequeno bar de apoio às diversas actividades.

Lateralmente ao corpo do piso, de ambos os lados, existem duas amplas salas polivalentes, que funcionam como auditório e salas, de exposições (Fig.22).

O rés-do-chão possui duas salas de leitura, uma para adultos (chamada de José Dias) e uma infantil. Na de adultos encontramos as secções de Periódicos, Referência e Auto-formação e Adultos. Na infantil encontramos a secção Infantil e um espaço lúdico multi-funcional, onde as crianças se podem sentar a ler um livro, a ver um filme, a fazer teatro,

²⁷ A adaptação do Edifício Escolar para a implantação da actual Biblioteca Pública foi realizada pelo Arq. António Neto e Arq. Maria de Lurdes, a quem agradecemos a cedência das plantas e alçados.



Figura 21 - Alçado principal da Biblioteca Municipal de Lousada.

Tipologia	Nº de habitantes
B.M.1	<20.000
B.M.2	> 20.000 e <50.000
B.M.3	> 50.000

Tabela 2 - Programas-tipo de Bibliotecas Municipais:
Fonte: Site [em linha] <http://www.iplb.pt>.

etc. Este piso possui ainda a Sala Técnica, Sala de Recepção e Preparação de Documentos e Gabinete do Bibliotecário.

No átrio encontra-se o serviço de recepção dos livros de empréstimo (Fig.23).

A cave possui vários compartimentos, nomeadamente uma secção de Documentos Audiovisuais

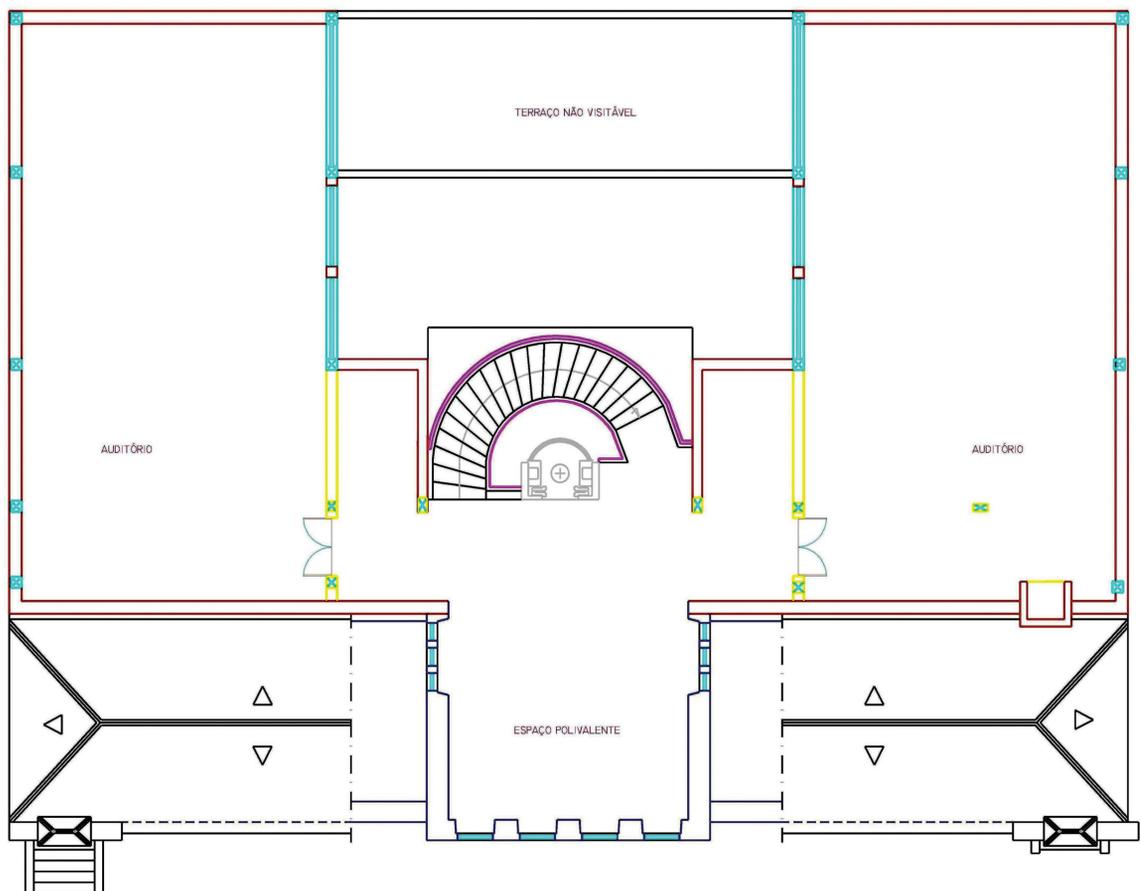


Figura 22 - Planta do piso 1 da Biblioteca Municipal de Lousada.

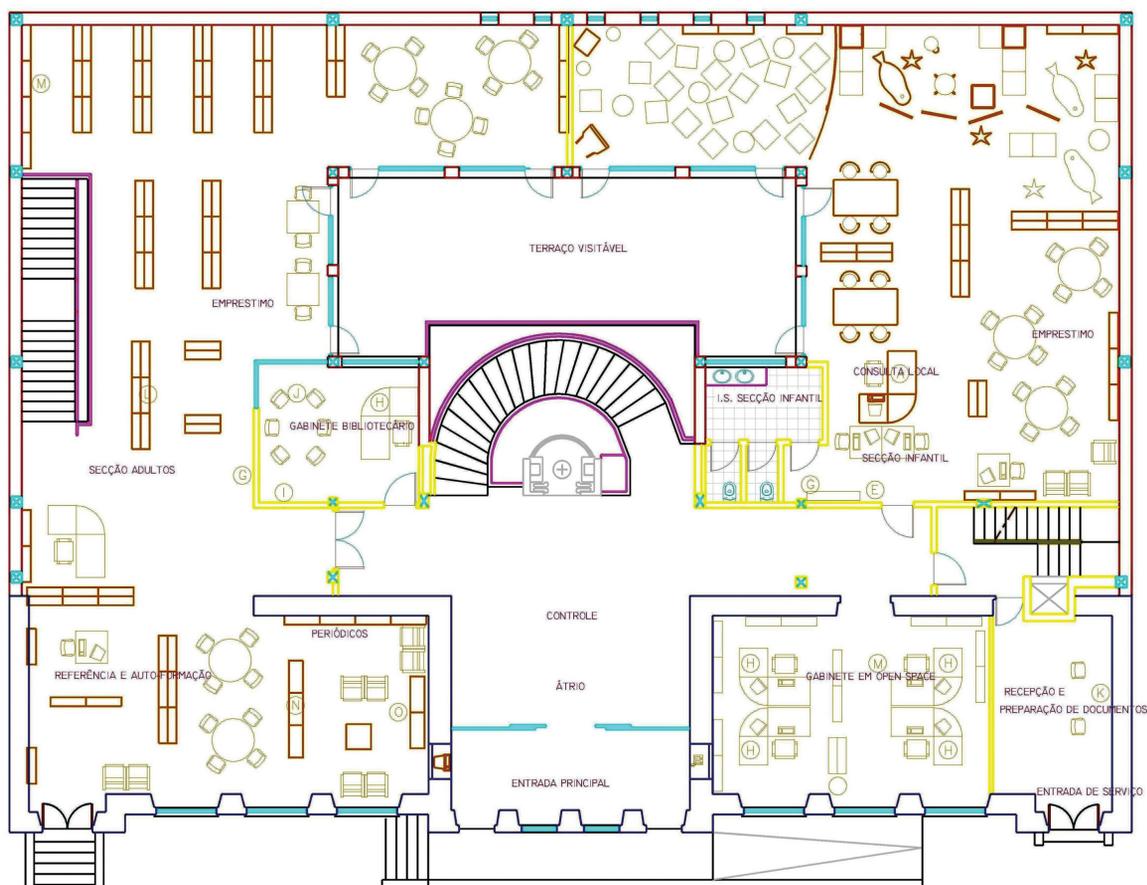


Figura 23 - Planta do rés-do-chão da Biblioteca Municipal de Lousada.

e Multimédia; Espaço de Trabalho para Invisuais; Deposito de Difusão; Área de Reservados e Gabinete de Conservação de Documentos (Fig.24).

Trata-se, como já referido, de uma biblioteca de tipo B2, fornecendo aos utilizadores as melhores comodidades, num espaço, em todo aprazível, convidativo ao recanto das folhas dos livros, que nos susurraram saberes, que cada um saberá guardar (Fig.25).

6. Considerações Finais

O estudo que ora se apresenta não se encontra de forma alguma dado como finalizado; são muitas as lacunas que apresenta, já que muitos são os dados sobre esta escola existentes que não foram aqui incluídos por manifesta falta de lugar. Consultámos diversos artigos no antigo “Jornal de Louzada” que não tiveram aqui espaço e que em muito enriqueceriam o nosso presente estudo; muitos foram igual-

mente os jornais que não tivemos oportunidade de folhear mas que seguramente encerram muita da vivência quotidiana da escola da vila que, como se demonstrou ao longo destas páginas, moveu a classe política e civil de Lousada até aos nossos dias.

Pela documentação apresentada a construção da Antiga Escola de Silveiras passou por várias vicissitudes. Porém, ficou demonstrada a tenaz posição tomada, em finais do século XIX, pela Câmara Municipal de Lousada, com o fito de ver a vila de Lousada dotada de uma moderna infra-estrutura vocacionada para o ensino primário, o que permitia assim a substituição das antigas “casa escola” que se encontravam dispersas pela Vila e que não apresentavam as devidas condições a um ensino proficiente.

O procedimento que levou à construção da escola iniciou-se em finais de 1900, dando-se no ano seguinte a conclusão de todo o processo que culminou com a assinatura de expropriação amigável a

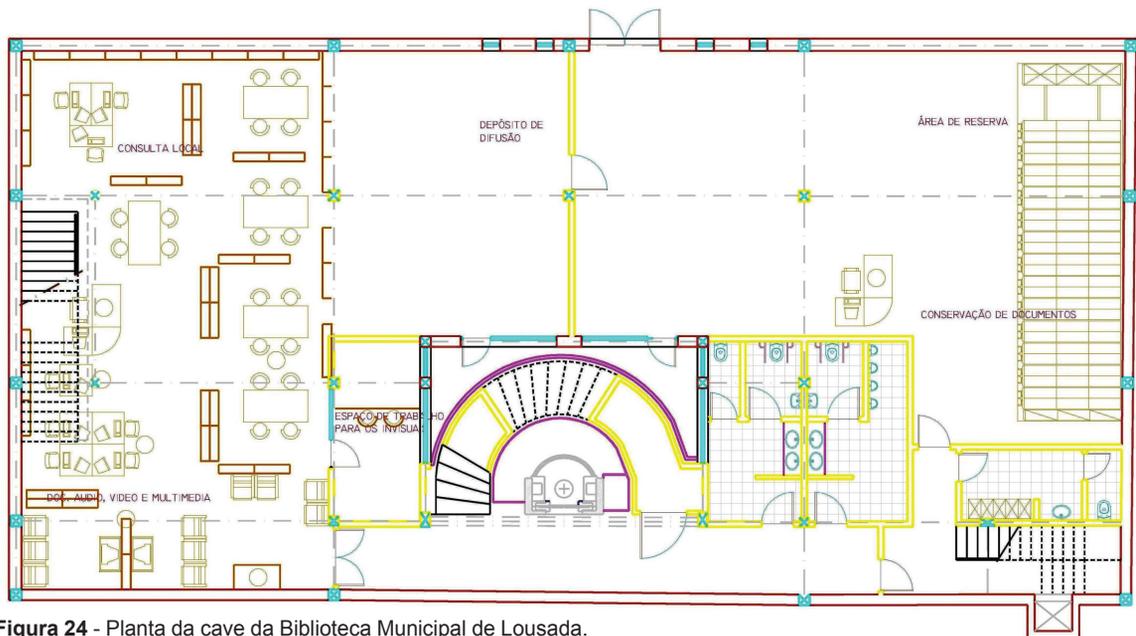


Figura 24 - Planta da cave da Biblioteca Municipal de Lousada.



Figura 25 - Logótipo da Biblioteca Municipal de Lousada.

25 de Julho de 1901; tendo em consideração que era estipulado o prazo de dez meses para a realização das obras, julgamos que a escola terá aberto as portas aos alunos no início do ano lectivo de 1902, deixando para trás os edificios precários onde até então se vinha a leccionar.

Pela década de 40 e 50 do século passado a escola apresentava já um adiantado estado de degradação pelo que foi alvo de profunda intervenção de obras de construção e restauro, facto caro à Câmara Municipal de Lousada que à época era detentora de

parcos recursos económicos, o que acarretava o arrastamento dos processos de intervenção por longos períodos de tempo, com a documentação a circular por diversos organismos estatais devido aos recorrentes fundos de apoio a que acudia.

As obras de adaptação de que será alvo a escola, com vista à implantação da Biblioteca Municipal de Lousada, iniciaram-se em 1999, sendo oficialmente inaugurada a actual biblioteca a 12 de Setembro de 2003. Com o presente estudo, ainda que incipiente, julgamos ter contribuído para o engrandecimento da História Local de Lousada, mas, e acima de tudo, o de ter lançado um apelo à necessidade de preservação da memória colectiva. Que estas páginas sirvam para relembrar vivências de um grupo num passado recente.

Bibliografia

Fontes documentais

Bermudes, A.R.A. (1901) - *Condições especiais e caderno de encargos para a construção por empreitada geral do edifício destinado às escolas públicas do ensino primário na Villa de Lousada*. Aveiro: Ministério dos Negócios do Reino: construções escolares. Arquivo Municipal de Lousada.

Processo para a expropriação de 150m2 de terreno, na villa de Lousada, para a construção do edifício para a escola dupla dos dois sexos, da mesma villa. Lousada: Câmara Municipal, 1901. Arquivo Municipal de Lousada.

Estudos

BEJA, F. *et alii* (1990) – *Muitos anos de escolas: edifícios para o ensino infantil e primário. Até 1941*. Lisboa: Ministério da Educação – Direcção-Geral de Administração Escolar.

COSTA, F.B. (2004) – *História do Governo Civil do Distrito do Porto*. Porto: Governo Civil do Distrito do Porto. ISBN: 972-99221-0-1.

DINIZ, J. (1951) – *Biblioteca Municipal*, in *Jornal de Lousada*, 3 de Fevereiro. Lousada. pp. 1-2.

GONÇALVES, C. (2002) – *Adões Bermudes: Nova con-*

cepção do espaço escolar, in *Património Escolar: Escola Primária, alicerce de uma caminhada*. [Lisboa]: DREC – Ministério da Educação. pp. 54-57.

MAGALHÃES, V. (2002) – *O Museu-Biblioteca de Lousada*. in *Lousada: Colectânea de Autores Locais*, Vol. II. Lousada: Câmara Municipal. pp. 138-139. ISBN 972-8787-02-0.

OLIVEIRA, C. e ALVES, E. (2005) – *Fazer a história da escola primária em Casa Branca. Projecto de inventário e musealização, Montemor-o-Novo*, in *Episteme*, nº 20, suplemento especial. Porto Alegre. pp. 295-302.

SOTTO-MAIOR, O. (1951) – *Biblioteca Municipal*, in *Secção INICIATIVA, Jornal de Lousada*, 3 de Março, Lousada. p. 1.

Documentos Electrónicos

site [em linha] <http://www.dren.min-edu.pt>

site [em linha] <http://ulisses.cm-lisboa.pt>

site [em linha] <http://pt.wikipedia.org>

site [em linha] <http://www.isa.utl.pt>

site [em linha] <http://www.cm-braganca.pt>

site [em linha] <http://www.cp.pt>

site [em linha] <http://fotos.afasoft.net/div/amorim.htm>